



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

180

[Assinatura]

AGRAVO Nº 0002203-96.2014.8.17.0000 (0328952-3)

AGRAVANTE(S): FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

AGRAVADO(S): JOSÉ AMARO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. POSSIBILIDADE. CARÁTER GERAL DA GRATIFICAÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO.

1- Trata-se de Recurso de Agravo, previsto no §1º do art. 557 do CPC, interposto à iniciativa da FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, contra decisão terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 0328952-3, mantendo a decisão recorrida que deferiu a incorporação no contracheque dos agravados da parcela referente à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

2- O entendimento deste Tribunal é pacífico quanto a concessão de liminar na situação dos autos quando se encontram presentes os requisitos autorizadores previstos no artigo 273 do CPC. Neste sentido, os seguintes precedentes: AI 0258368-8, Relator Des Francisco Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, data de julgamento em 26/01/2012, AI 154614-7, 8CC, Rel Des Ricardo Paes Barreto, julgado em 22/01/2009.

3 - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

4- Em face da inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

5- Agravo conhecido e não provido.

[Assinatura]

181

Rafael

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0328952-3, em que figuram como Agravante e Agravado **ESTADO DE PERNAMBUCO e RITA DE CASSIA GONZALEZ TORREÃO**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0326518-3**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 30 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

182
106

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO Nº 0002203-96.2014.8.17.0000 (0328952-3)

**AGRAVANTE(S): FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco**

AGRAVADO(S): JOSÉ AMARO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo, interposto com amparo no § 1º do art. 557, do CPC, em face da Decisão Monocrática proferida no Agravo de Instrumento que negou seguimento ao recurso e manteve a decisão recorrida que deferiu a incorporação no contracheque da parte autora da parcela referente à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

Refuta o recorrente, a concessão da tutela antecipada sob as alegações de: inexistência de perigo da demora; a vedação de deferimento de liminar que implique concessão de aumento ou extensão de vantagens; o perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, uma vez que a verba tem caráter alimentar; e, a ausência de verossimilhança das alegações.

Argumenta a natureza *propter laborem* da gratificação perquirida e sua não extensão automática e indistinta em caráter geral e permanente a todos os ativos, bem como a vedação expressa à sua incorporação a proventos ou pensões.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo.
É o relatório.

Recife, 30 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO Nº 0002203-96.2014.8.17.0000 (0328952-3)

**AGRAVANTE(S): FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco**

AGRAVADO(S): JOSÉ AMARO DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Não assiste razão à recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remição, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 137/141 proferida no agravo de instrumento):

XX

Acresço ainda:

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Observe que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.

Diante de todo exposto, e pela inexistência de qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento nº 0328952-3.

Recife, 30 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator